

Minuta
PARECER N° , DE 2013

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Ofício “S”, nº 42 de 2013, que encaminha Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 1º semestre de 2013.

RELATOR: Senador OSVALDO SOBRINHO

I – RELATÓRIO

Por determinação do art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, a Autoridade Pública Olímpica (APO) tem a obrigação de enviar ao Congresso Nacional, a cada semestre, um relatório de suas atividades e calendário das ações a cumprir. Por sua vez, ao Congresso Nacional compete acompanhar os prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional.

1. Eventos

De acordo com o relatório apresentado, a APO participou de doze Eventos Oficiais do Comitê Olímpico Internacional (COI) e do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC), no primeiro trimestre de 2013.

No âmbito do Comitê de Coordenação do Comitê Olímpico Internacional (COCOM), a primeira atividade ocorreu de 18 a 20 de fevereiro de 2013 e teve como objetivo o acompanhamento de todos os temas pelo Comitê de Coordenação do COI. Nesse evento, a pauta constou de discussões sobre o acompanhamento da evolução dos projetos executados pelos parceiros governamentais e pelo comitê organizador dos jogos. Procurou-se identificar o campo de atuação, cronogramas e execução dos principais projetos que geram impactos na entrega das infraestruturas, sistemas e operações dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Nessa



ocasião, foram feitas visitas ao Maracanã, Maracanãzinho, à sede do Comitê Rio 2016 e à região do Porto Maravilha.

No âmbito da Revisão de Projetos, foi realizado encontro para revisão do projeto pelos especialistas do COI, pelo Secretário-Geral e pelo Presidente da Comissão Coordenadora do COI (COCOM) nos dias 29 e 30 de abril. Nesse evento, tratou-se do monitoramento da governança e recrutamento para o ano de 2013 do comitê organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O propósito foi o de verificar as condições de recrutamento de pessoal, incluindo os vistos e permissões de trabalho para os estrangeiros. Foram objeto de apreciação, também, a infraestrutura esportiva; as ferramentas de comunicação; o calendário de treinamentos e competições; os pontos críticos das operações de transporte; a qualidade da água para os eventos nesse meio; sustentabilidade das atividades na cidade; fornecimento da energia; publicidade dos eventos, entre outros de igual relevância.

Na esfera da revisão dos projetos de construção de infraestrutura (VICR-COI), foram feitas sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas de 21 a 24 de janeiro de 2013, e também de 24 a 27 de abril de 2013. Em janeiro, a atenção esteve voltada para o acompanhamento da evolução dos projetos executados pelos parceiros governamentais e comitê organizador dos jogos. Atentou-se, também, para a governança, com ênfase no recrutamento de pessoal, no ano de 2013, pelo Comitê Rio 2016. Foi monitorado o progresso de instalações em execução, incluindo o Maracanã e arredores, o Parque Olímpico da Barra, a Vila Olímpica, Deodoro, Lagoa, Flamengo, Marina da Glória, João Havelange, e acomodações na região da Barra e Vila do Porto. Em abril, foram revistos os projetos mais importantes em desenvolvimento, com base na reunião anterior, de janeiro. Analisou-se o progresso do desenvolvimento das equipes de projetos. Os principais tópicos tratados foram: desenvolvimento organizacional, reconciliação de escopo dos projetos, processo de design dos *overlays*, licenciamento de projetos e aprovações, entre outros.

Na revisão executiva de projetos por especialistas, para todos os temas, foi realizado um evento nos dias 25 e 26 de abril de 2013 (PR-CPI); e também nos dias 29 e 30 de abril de 2013 (PR-COI). Na pauta do evento, foram tratados os compromissos e iniciativas na área do esporte e educação; e vistos, também, os projetos de acessibilidade e legados nos três



níveis de governo. O propósito foi verificar se serão asseguradas as condições de acessibilidade para trabalhadores, atletas, seus familiares e imprensa. A análise do tema cobre o provimento de acomodações, transportes, circuitos de passagem da tocha olímpica e outras exigências.

No que diz respeito à transferência de conhecimento na área de legado dos jogos, foi realizado evento em 23 de abril de 2013 (OGKM-COI); e para transferência de conhecimento na área de transportes, no dia 23 de abril de 2013 (OFKM-COI). O propósito do primeiro encontro foi o de sensibilizar o Comitê Olímpico e os principais envolvidos com a organização dos Jogos Rio 2016 sobre a importância do legado a ser deixado. Discutiu-se sobre as áreas e setores beneficiados; os impactos diretos e indiretos; os programas e atividades necessários para atingir o objetivo; o monitoramento e a avaliação dos resultados; o estabelecimento de parcerias e cooperações. O parâmetro do legado tem como fonte as histórias de sucesso dos Jogos de Vancouver. Para transportes, tema tratado no segundo evento, o objetivo foi o de identificar os requisitos para o desenvolvimento dos projetos de transporte e a operacionalização dos serviços durante a realização dos jogos.

No âmbito da revisão dos projetos de transportes, foram realizados eventos do dia 25 de fevereiro a 1º de março (TICR-COI) e novo evento da área, especificamente para a área funcional de chegadas e partidas, dia 26 de abril de 2013 (TICR-COI). A avaliação, realizada quarenta e um meses antes dos jogos, monitora o progresso de quarenta projetos de transportes. A preocupação básica é com o desenvolvimento da rede de transportes e sua integração, mas se estende para o gerenciamento do tráfego dos arredores das instalações e também busca detectar os riscos apresentados pelos projetos. Prevê-se o desenvolvimento de 210 km de novas vias de transportes públicos para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na área de energia, foi realizada sessão de trabalho de 29 a 31 de janeiro de 2013. Na pauta, a busca de garantia para os níveis exigidos de resiliência, disponibilidade e segurança do fornecimento da energia necessária. Na ocasião, a APO realizou apresentação sobre a governança do setor de energia no Brasil, em especial para o período dos jogos. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apresentou o Sistema Interligado Nacional, em especial no que se refere ao suprimento para a área do Rio de Janeiro, com destaque para as instalações olímpicas.



Com o objetivo de sistematizar o legado, foi realizada revisão do planejamento dos jogos, em 12 de junho de 2013 (LEG Review-COI). Nessa reunião, foram apreciados os progressos dos planos e projetos em relação às prioridades contidas no Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro.

2. Grupos de trabalho

A APO e seus parceiros institucionais criaram e mantiveram dezenove grupos de trabalho, no primeiro semestre de 2013. Os nomes dos grupos estão diretamente relacionados à tarefa estratégica da qual estão encarregados. São eles: Acessibilidade; Acomodações; Aeroportos; Cidades do Futebol; Complexo do Maracanã; Comunicação; Concessionárias; Conexão Barra–Copacabana; Cultura; Deodoro; Garantias; Integração Multimodais; João Havelange; Lagoa; Legado Estratégico; Porto; Saúde; Segurança; e Sustentabilidade.

3. Atividades institucionais

O relatório semestral da APO também destaca as atividades institucionais, com informe sobre o Conselho Público Olímpico; Conselho de Governança; Conselho Fiscal; atividades da Presidência; e também atividades de seus órgãos específicos, a saber: Diretoria Executiva; Diretoria de Infraestrutura Esportiva, de Apoio ao Evento e Meio Ambiente; Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção; Diretoria de Operações e Serviços; e Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego. Cada uma dessas instâncias realizou reuniões, manteve contato com parceiros, editou materiais instrucionais e normativos e tomou outras providências para que os Jogos Rio 2016 ocorram a contento.

4. Divulgação Institucional

A fim de dar publicidade aos eventos vinculados a sua atuação, a APO criou um portal na internet e também utiliza as redes sociais como meio de interlocução com a sociedade. Grande destaque foi dado à Lei de Acesso à Informação, para que o cidadão tenha acesso a tudo o que se passa no planejamento dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Ainda para a



divulgação, foram concedidas dezenas de entrevistas a informativos impressos e mídia eletrônica.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 102, apreciar as matérias que digam respeito ao desporto, tema a que está afeito o Ofício “S”, nº 42 de 2013, que encaminha Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 1º semestre de 2013.

O relatório apresentado cumpre a obrigação contida no art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011. Do informe prestado, chegamos à conclusão de estão em dia as atividades preparatórias para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

III – VOTO

Diante do exposto, damos conhecimento do Ofício “S”, nº 42 de 2013, que encaminha Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente ao 1º semestre de 2013, e recomendamos o seu arquivamento.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

